

Olegário Gurgel Ferreira Gomes

JUSTIÇA JUVENIL

**Socioeducação como
Prática da Liberdade**

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-7212-2

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

G633 Gomes, Olegário Gurgel Ferreira.
Justiça juvenil: socioeducação como prática
da liberdade./ Olegário Gurgel Ferreira Gomes./
2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2017.
274p.

1. Justiça restaurativa. 2. Reintegração social.
I. Título.

000014

CDD 345.05 (22.ed.)
CDU 344

1105968

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	11
1 – INFÂNCIA, SOCIEDADE E PODER: O PARADOXO CONTEMPORÂNEO	23
1.1 A CRIANÇA SUJEITO DE DIREITOS.....	26
1.2 A COMPREENSÃO DA INFÂNCIA NA IDENTIDADE E NA DIFERENÇA.....	32
1.2.1 Limites para a Autonomia.....	37
1.2.2 A Crise na Educação.....	47
1.3 JUSTIÇA E INFRAÇÃO JUVENIL.....	51
1.3.1 A Atitude de Proteção no Modelo de Responsabilidade.....	56
1.3.2 A Socioeducação e o Problema da Flexibilização da Legalidade.....	66
1.3.3 As Proposições do Direito Infracional.....	71
1.4 DESAFIOS DO MODELO DE RESPONSABILIDADE.....	74
2 – A CRIANÇA NO PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO	77
2.1 A IDADE DO DISCERNIMENTO E A ESCOLA CLÁSSICA DO DIREITO PENAL.....	78
2.1.1 A Ideologia do Tratamento da Escola Positiva.....	82
2.1.2 <i>Labeling Approach</i> Desestabiliza os Princípios Penais?.....	92
2.1.3 <i>Labeling</i> e Delinquência Juvenil.....	97
2.2 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE FLEXÍVEL E ESTRITA.....	103
2.2.1 O Modelo 4D nas Normativas Internacionais.....	111
2.2.2 A Investigação das Regras do Consenso.....	115
3 – TEORIA DO ATO INFRACIONAL	117
3.1 OS FINS DAS MEDIDAS E A SOCIOEDUCAÇÃO.....	119
3.1.1 A Cominação Abstrata de Medidas.....	127

3.2	OS REQUISITOS DO ATO INFRACIONAL	130
3.2.1	Tipos de Internação	132
3.2.2	Da Determinação da Medida no Caso Concreto.....	135
4 –	JUSTIÇA JUVENIL, LEGALIDADE E CONSENSO	143
4.1	PROCESSO E ATO INFRACIONAL.....	146
4.1.1	Vertente Inquisitorial do Ideal Pedagógico	147
4.1.2	Processo Acusatório e o Princípio da Verdade Real.....	151
4.2	O PROCESSO DE CONSENSO NA JUSTIÇA JUVENIL	158
4.3	O CONSENSO NAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS: DIÁLOGO OU MONÓLOGO?	163
5 –	POLÍTICA CRIMINAL E MODELOS DE JUSTIÇA JUVENIL ..	171
5.1	O PROBLEMA DO UTILITARISMO.....	171
5.1.1	Soluções Contemporâneas.....	177
5.1.2	Socioeducação como Prática da Liberdade	181
5.2	NATUREZA JURÍDICA.....	190
	CONCLUSÃO	193
	POSFÁCIO: A JUSTIÇA JUVENIL NO SÉCULO XXI	197
	REFERÊNCIAS	249
	ÍNDICE ALFABÉTICO	261